

# RELAÇÃO ENTRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO FORMAL: ANÁLISE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Stevan Ricardo Dos Santos<sup>1</sup>  
Paula Regina Dias De Oliveira<sup>2</sup>

## RESUMO

A gestão educacional tem sido considerada como uma ferramenta essencial contribuindo na interação entre a família e instituições de Ensino, para que se efetive o processo de ensino aprendizagem na Educação Básica. Considerar – se que é a partir dos processos de gestão democrática de ensino que são ampliadas as possibilidades de participação coletiva, no intuito de aprimorarem as construções, planejamentos e metas considerando as especificidades da Educação. Foi realizado uma busca na base de dados Research Gate e ERIC ERIC (Education Resources Information Center), com os descritores (Administração Escolar; Família; Escola), nos estudos que retrataram por meio de alguns autores mundiais a contribuição de suas abordagens teóricas sobre o assunto, esclarecendo assim algumas diretrizes sobre as metodologias educacionais em favor de uma aprendizagem mais significativa e de qualidade entre os estudantes da Educação Básica. Ampliaremos as concepções sobre a relação positiva entre Gestão, família e instituições de ensino na construção coletiva de planos e metas educacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Administração Escolar. Apoio social. Escolares.

## ABSTRACT

---

<sup>1</sup>Licenciatura em Educação Física (UNESPAR). Especialista em Neuropedagogia e Psicomotricidade (FATECIE). Especialista em Gestão Escolar e Educação Especial com Ênfase em Deficiência Intelectual, Física e Motora (Faculdade Cidade Verde), Maringá – Pr. Membro do Programa de Atividade para Adolescentes (PROATIVA) pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – Campus Paranavaí – Departamento de Educação Física -Paranavaí -Paraná. Brasil. E-mail: stevan\_ricardo@hotmail.com

<sup>2</sup>Graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Fapi – Faculdades de Pinhais-Pr. Especialização em EAD e as Novas Tecnologias Educacionais e Docência no Ensino Superior, pela Unicesumar, Maringá- Pr. E-mail: orientador06.ead.edu.br

The educational management has been considered as an essential tool contributing in the interaction between the family and teaching institutions, so that the process of teaching learning in the Basic Education is effective. It is considered that it is from the processes of democratic management of teaching that the possibilities of collective participation are enlarged, in order to improve the constructions, planning and goals considering the specificities of Education. A search was conducted in the Research Gate database and the ERIC ERIC (Education Resources Information Center), with the descriptors (School Administration, Family, School) in the studies that have portrayed through some world authors the contribution of their theoretical approaches on the thus clarifying some guidelines on educational methodologies in favor of a more meaningful and quality learning among students of Basic Education. We will broaden the conceptions about the positive relationship between Management, family and educational institutions in the collective construction of educational plans and goals.

**KEY – WORDS:** School Administration. Social support. Schoolchildren.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo propõe a expor como a gestão escolar pode contribuir de forma efetiva e organizada para a formação de opinião de gestores, professores e alunos demarcando de forma sistematizada qual a função da família e da gestão escolar na formação social e intelectual desse escolar.

A família é considerada como o primeiro estabelecimento responsável pela formação dos indivíduos, não obstante ao fato que a lei maior específica da educação brasileira a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1996 (Lei 9.394/96), nos traz em seu Art. 1º sobre a visão primordial da educação que envolve todos os processos formativos que ocorrem no convívio familiar, na relação humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos da sociedade civil e nas diversas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Nesse sentido essa mesma lei direciona e fundamenta que o ensino formal somente ocorre dentro as instituições de ensino, mas para que isso ocorra de maneira eficaz é necessário o diálogo entre as partes família – gestão.

Compreender essas questões na Educação Básica faz com que as estratégias se tornem mais eficazes, no intuito de promover novas metas para os processos de ensino aprendizagem envolvendo os escolares (SIÉCOLO, 2016).

Diante dos pontos dessas análises acima citados, surge a seguinte questão a ser problematizada: Quais os desafios a serem superados pelos gestores, instituições e famílias contemporâneas para uma educação que realmente exerça sua função social e transformadora?

A metodologia utilizada foi uma análise descritiva bibliográfica qualitativa com estudos teóricos envolvendo autores que discutem sobre os assuntos.

Como desfecho espera-se o melhor entendimento sobre as inter-relações desses processos, auxiliando assim na compreensão de alguns métodos efetivos para uma educação de qualidade e democrática, que faça cumprir o papel social da escola que é formar cidadãos críticos, reflexivos e autônomos que entendam a realidade o qual estão inseridos e saibam transforma – lá.

## **2 A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA**

No que concerne aos valores e formação moral de base, a família é o primeiro ambiente informal que pontua essas questões diretamente na vida dos seus respectivos integrantes. O conceito familiar tem se modificado ao decorrer do tempo atendendo as novas demandas sociais da atualidade, sendo produto e produtora culturalmente estabelecida vem se constituindo em uma grande esfera na diversidade na contemporaneidade.

Ao se deparar com o modelo de família básico pode-se observar seus integrantes, dentre eles homens e mulheres onde cada qual possuíam funções predeterminadas dentre seus pares (CECCARELLI, 2007). Ao longo do tempo, a partir dos novos processos de evolução da humanidade em diversas esferas como as econômicas, culturais e de gêneros e outras variáveis, surgem então novos modelos de unidades familiares (PRATTA; SANTOS, 2007).

Esses novos modelos organizacionais trouxeram chances maiores de igualdade, envolvendo poderes relacionados as divisões de tarefas rotineiras entre outras competências, sendo notavelmente um avanço significativo para a autonomia dos casais

(KEHL, 2003), como consequência dessas abordagens surgem novos conceitos entre as unidades familiares como cidadania, igualdade independentemente do gênero do indivíduo (MEIRA; PINHEIRO, 2014).

Corroborando com isso alguns princípios fundamentais para o convívio social são expressos na constituição brasileira, é importante salientar a grande diversidade humana, pois deve-se desconsiderar todo pensamento extremista que defende um único ponto de vista sobre a constituição familiar, deve-se prezar pelo respeito a liberdade e pluralismo das ideias.

Nesse contexto Pratta e Santos (2007, p.248) define que “a estruturação da formação familiar se vincula ao contexto histórico de acordo com os modelos vigentes locais, uma vez que são influenciadas pelo ambiente, sociedade, economia, culturas, religião”. Sendo assim ao nos retratarmos atualmente sobre tais dilemas, devemos considerar a multiplicidade de fatores que pode instituir a construção familiar.

Devido às transformações, principalmente no contexto econômico novas perspectivas estão sendo efetivadas, onde não há um papel estipulado como modelo ideal familiar, devido as essas novas demandas. Antes o padrão de responsabilidade provedor era vinculado estritamente ao indivíduo do sexo masculino, já há algum tempo essa ideia vem sendo desvinculada (WAGNER; LEVANDOWSKI, 2008), pois cada vez mais igualitariamente homens e mulheres estão atuando nas mesmas condições no mercado de trabalho, sendo valorizado suas competências e não identidade de gênero.

Todas essas modificações ocorrem também devido a essas novas concepções sobre os gêneros como afirmam Dessen e Polonia (2007), que são explícitas nas relações interpessoais entre os indivíduos e nas constituições dos diferentes tipos de estruturas familiares, interagindo assim com novos valores sobre o que antes a sociedade dava o significado como algo imutável.

É importante salientar que independente das transformações nas famílias brasileiras, esses representantes dessa unidade influenciarão diretamente na formação moral e instrutiva do indivíduo, pois essas trocas interpessoais são os primeiros resquícios de educação que são experimentadas por seus tutelados menores. Não obstante ao fato a nossa lei maior específica educacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1996 (Lei 9.394/96), traz a luz da questão em seu Art. 1º sobre a visão global de educação englobando os processos formativos que ocorrem no convívio familiar, na relação humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa,

nos movimentos da sociedade civil e nas diversas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Assim sendo, pressupõe-se que ao adentrar na relação familiar e convívio social é necessário o entendimento de algumas ideias e valores que facilitarão o convívio social, para sua inserção bem-sucedida no Estado democrático de direito.

## 2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Para entender a essência da gestão democrática é necessário recorreremos a que a alguns dispositivos legais como o artigo 1.º, parágrafo 1.º, da Constituição Federal de 1988, que afirma sobre o princípio democrático onde todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição (BRASIL, 1988), nessa afirmativa quando se tem esses preceitos o ato de gerir possui um caráter de intencionalidade voltado aos benefícios coletivos comuns (CHAUÍ, 2003).

A partir desses novos paradigmas e filosofias devido à grande demanda pela educação, surge então a fusão dessas ideias em prol da gestão educacional, que são efetivadas para que ocorra os preceitos das gestões democráticas nesses locais, alguns princípios como liberdade, autonomia, participação devendo ser inseridos dentro de um clima e estruturação organizacional, sendo assim, grandes bases sólidas serão efetivadas para a construção da cidadania (SIÉCOLO, 2016).

Nessa ótica então surge a importância da administração educacional para gerir os processos escolares, devemos considerar suas especificidades que é facilitar o pleno desenvolvimento do educando sempre focando na qualidade de ensino. A frente desse trabalho árduo está o gestor educacional que é uma liderança do processo educativo que deve conduzir essas causas de maneira democrática, possuindo boas competências técnicas, profissionais e políticas (VASCONCELLOS, 2009).

Atualmente a visão do gestor democrático vai além da coordenação dos trabalhos educativos e métodos é mais ampla, pois há preocupações em manter competências como possuir um bom relacionamento interpessoal. Ser um exímio incentivador da participação, ouvinte, crítico, liderar, coordenar para que ocorra um ambiente propício a aprendizagem, sempre mantendo a valorização da pessoa humana e o dinamismo sendo capaz de planejar avaliar trazendo inovações (ARAÚJO, 2009).

Nesse prisma todas essas ações são legitimadas por dispositivos legais é interessante citarmos a meta 19 do Plano nacional de Educação que menciona a gestão democrática como uma mudança de paradigmas visando uma educação como prática social compromissada com as especificidades locais, levando a um projeto de cidadania e soluções para o bem comum (BRASIL, 2014), assim, influenciando as instituições de ensino a serem usadas como um instrumento de transformação social.

Mundialmente muitos estudos tem discutido a relação dos conceitos e valores envolvendo a gestão democrática e suas influências nos sistemas escolares, ora observados pelas óticas dos estudantes em países como Turquia (AKAR, 2016) ora na visão de gestores da educação como no Quênia (JWAN; KISAKA, 2017) e Jordânia (AL-ZUBI, 2017), que apresentam assim modelos de gestões flexíveis, incentivando a prática da democracia na educação, proporcionando maiores chances dos estudantes participarem das decisões e expressarem suas ideias.

Uma educação pautada com esses princípios a luz da igualdade e justiça educacional, faz com as pessoas envolvidas diretamente como os alunos ou indiretamente seus familiares facilitam suas participações nos contextos deliberativos (DECESARE, 2016).

Dessa forma, compreender as relações entre uma gestão educacional eficaz democrática e visionaria, revela então o real sentido e amplitude das questões relacionadas ao trato pedagógico, para entendermos assim a relação entre a educação e as instituições de ensino.

### 2.2.1 EDUCAÇÃO E A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Os processos educativos sempre estiveram presentes na vida coletiva dos seres humanos, sendo oriundos do desenvolvimento da espécie humana. Contudo, o ato de sobrevivência e evolução de sua espécie exigiu certos manifestos no trabalho e princípios educativos (PARANÁ, 2008). Dentre as outras espécies esse indivíduo se adaptou ao meio em questão, transformando – o e adaptando-o as suas necessidades, em um contínuo processo de aperfeiçoamento, resultando assim em novos conhecimentos e saberes.

O homem se apropria desses novos conhecimentos historicamente construídos e por meio do trabalho educativo que nada mais é que o processo de ensino e aprendizagem, ele garante a sua perpetuação e as novas gerações da espécie humana. A partir dessa lógica Saviani (2003) traz que o entendimento sobre do homem não se faz homem naturalmente, ele não nasce sabendo ser homem ele aprende por meio dos trabalhos educativos, a ser humano. Assim:

O que não é garantido pela natureza tem que ser produzido historicamente pelos homens, e aí se incluem os próprios homens. Podemos, pois, dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens (SAVIANI, 2003, p.13).

A educação é o eixo primordial para o acúmulo e transmissão de conhecimentos, ela é dirigente do processo de desenvolvimento da formação humana, propiciando ao indivíduo o aperfeiçoamento de seus conhecimentos acompanhando a evolução histórica da sociedade, e repasse desses valores consequentemente, transformando outros indivíduos. Em um enfoque nas questões mais atuais sobre o assunto pode-se perceber que onde houver dois homens em interação direta ou indireta haverá educação, sendo assim um dos mecanismos formais para a mediação delas ocorrem nas instituições de ensino, que foram criadas pelo homem para contribuir com esse processo, transmitindo um grupo especial de conhecimentos, e uma parcela específica desse legado cultural (PIASSA, 2016).

Sabendo que o fenômeno educativo está intrinsecamente ligado ao processo de produção de existência humana, o indivíduo produz ou realiza algo a partir de ideias, conceitos, valores, símbolos ou hábitos que podemos denominar de trabalho intelectual (SAVIANI, 2003), enfim, a ação de produzir do ser humano é intencional onde inicialmente são considerados os conhecimentos prévios e o trabalho abstrato para posteriormente a conclusão do objetivo resultando no fenômeno educativo concreto.

A escola como sendo uma instituição formal de ensino possui funções sociais primordiais, é necessário o entendimento de variáveis que ajudam a explicitarem melhor seu papel como: conceito de educação, conceito de escola e o papel dela na nossa sociedade. Sendo um estabelecimento seja de caráter público ou privado é destinada ao ensino coletivo, responsável pela transmissão e disseminação dos conhecimentos

científicos, tendo como principal objetivo a socialização do saber sistematizado. Estes espaços de ensino e aprendizagem transmitem a formação humana pelo repasse de valores conceituais, procedimentais e atitudinais visando um objetivo comum que é a instrução (BRASIL, 2013).

É por meio dessa relação causal e por uma educação sistematizada, estruturada por disciplinas e áreas de conhecimentos distintos, que o indivíduo encontra a possibilidade de desenvolver-se cognitivamente, psicologicamente, culturalmente e socialmente, despertando suas potencialidades ao longo da sua vida. Esse saber ocorre “Pela mediação da escola, acontece a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita” (SAVIANI, 2003, p.21).

Diante disso a legitimidade da existência da escola estabelece os elementos necessários para a aquisição do saber sistematizado, metódico, elaborado e científico que enriquece considerando o saber espontâneo. No entanto essa transição e aquisição de saberes são efetivadas pelos processos de ensino e aprendizagem, que estão extremamente vinculados a educação, estando por sua vez, interligadas aos processos de formação humana (ZHIJUN et al., 2015).

Atualmente preceitos importantes são levados em consideração como a formação crítica do discente, contendo as ferramentas necessárias para a mudança e transformação da sociedade. É na escola que o discente amadurece seu pensamento crítico e descobre o poder que a educação tem sobre a realidade. Nessa perspectiva, a educação torna-se um instrumento indispensável na mudança da sociedade. Porém, não como uma ferramenta que transforma diretamente, mas sim, primeiramente, como um meio, como um caminho de transformação das consciências que implica na prática social. E é o conjunto de ações dos indivíduos que atuam na prática social que oriunda a transformação da sociedade (SILVA e WEIDE, 2014).

O Caderno de Educação em Direitos Humanos afirma que a “educação é um instrumento imprescindível para que o indivíduo possa reconhecer a si próprio como agente ativo na motivação da mentalidade de seu grupo, sendo protagonista na construção de uma democracia” (BRASIL, 2013, p. 11).

Partido desse pressuposto, concluímos que o papel da escola é transformar o discente em um cidadão vindo dos saberes do senso comum transformando com o saber crítico, inserido, engajado, tornando-o como um agente social transformador modificando a sociedade. Ainda segundo a visão da Educação em direitos humanos argumenta-se que: A educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a



transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza “[...] A escola deve estar comprometida com uma educação em que os alunos aprendam estabelecer suas próprias metas, com consciência do que estão fazendo, ultrapassando seus próprios limites, sem competição, assumindo uma postura ética.” (BRASIL, 2013, p. 50).

A função social escolar, na visão da Pedagogia Histórico-Crítica, é proporcionar a evolução do senso comum à consciência filosófica a partir das práticas sociais (SILVA E WEIDE, 2014). No entanto, será essa a função social que a escola tem na atualidade? Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que direciona a educação na atualidade afirma que a educação escolar deve – se vincular ao mundo do trabalho e as práticas sociais, já no artigo 2º traz os princípios e fins da Educação Nacional sendo dever da família e do Estado, pautada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo a finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Ainda de acordo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1996 (Lei 9.394/96) no Artigo 22 sobre as disposições gerais da Educação Básica salienta sobre a educação básica suas finalidades que é desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o seu exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progressão nos posteriores estudos e trabalhos. Segundo a Constituição Federal de 1988 no Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I da Educação e no Artigo 205 define que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Entre tanto, o Plano Nacional de Educação (PNE) constitui algumas metas destinadas a melhoria da qualidade da educação e na formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade (BRASIL, 2014). Considerando as citações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 1996, da Constituição Federal de 1988, e do Plano Nacional de Educação (PNE) é possível perceber o que as mesmas têm em comum: uma maior preocupação com o ensino e a aprendizagem nas escolas voltada para o desenvolvimento pleno do cidadão com uma formação comum e a qualificação dos próprios para o mercado do trabalho.

Paralelamente, Saviani (2003) deixa nítido em seu livro *Pedagogia Histórico-Crítica* que o principal papel social da escola consiste na transmissão e assimilação do saber sistematizado. A escola deve-se preocupar, exclusivamente, em elaborar os métodos, descobrir elementos que garante ao discente o acesso a esse conhecimento sistematizado. O autor afirma que: Para existir escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso implica dosá-lo e sequenciá-lo de modo que a criança passe gradativamente do seu não domínio ao seu domínio. “Ora, o saber dosado e sequenciado para efeito de sua transmissão-assimilação no espaço escolar, ao longo de um tempo determinado, é o que nós convencionamos chamar de saber escolar”. (SAVIANI, 2003, p.18).

Com base nessa citação pode perceber-se que a escola deve ter como foco primordial buscar, através do currículo, ou seja, o conjunto de atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo da instituição de ensino, transmitir instrumentos alternativos que possibilitam aos alunos adquirir e assimilar a função que lhe é cabível, o saber elaborado, metódico, sistemático, científico, e que denominamos de educação escolar.

Assim, identificar e assegurar novas formas que transformam o conhecimento espontâneo, produzido historicamente, em um saber sistematizado, tornando possível a sua transmissão e assimilação sendo os pilares de uma escola na sociedade que se propõe a ser crítica. A função social da escola é garantir a transmissão dos instrumentos que possibilita uma participação social mais efetiva e cidadã.

### 2.3 RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E INSTITUIÇÕES DE ENSINO COM A EDUCAÇÃO FORMAL

Anteriormente observou-se algumas definições de família e determinamos a influência da gestão democrática sobre o papel da escola e sua função social, agora cabe explicitamos a relação entre família e escola na formação do indivíduo.

Os primeiros indícios de educação ocorrem no âmbito familiar, cabe a esses tutores oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas no mundo em várias esferas, porém alguns desafios como dificuldades no gerenciamento do tempo podem

influenciar sua efetiva participação na vida escolar de seus membros familiares (ANDRADE et al., 2017).

É notável que a sociedade tenha sofrido profundas transformações nas últimas décadas, mudanças estas que afetam os modelos de família padronizados historicamente. No início dos tempos modernos, as famílias eram extensas e cabia a ela a função de assegurar a transmissão de conhecimentos para a vida, como as bases iniciais da educação. Com a ampliação da oferta de escolas, as crianças passam a receber outro tipo de educação, agora mais formal (REGO, 2003).

É prudente reconhecer os resultados poderosos envolvendo as parcerias significativas entre a família e escola, facilitando assim as oportunidades reais para a definição conjunta de algumas metas e práticas escolares, para que se efetive o trabalho pedagógico. Essa realização faz com que as instituições se tornem verdadeiros centros democráticos, a partir da observação das especificidades da clientela ocorrem a definição de que público que se quer formar (DAVIDSON; CASE, 2018).

Nesse caso, tanto a família como a escola compartilham funções educativas promovam a busca de novos conhecimentos que contribuem para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Ambos têm a responsabilidade de apoiar o que foi decidido e favorecer para que aconteça a transformação. Por isso considera-se fundamental a participação desses membros familiares.

Vários outros estudos internacionais analisaram e entram em consenso sobre essas relações positivas, entre a maior participação das famílias sobre alguns aspectos positivos na formação dos indivíduos, como a resiliência e desenvolvimento de outras competências sociais. (SHOGREN; GARNIER VILLARREAL, 2015; MURPHY; MCKENZIE, 2016), no Brasil essa relação também é amplamente estudada. (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Essa relação dialética entre o ensino formal e família além de prevista em nossa legislação vigente como explicitado no decorrer de nossas ideias, traz além das transcendências das responsabilidades a ideia das junções e cooperações coletivas para o bem comum que é melhorar os processos de ensino aprendizagem e o sistema educacional brasileiro.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Presente investigação esclarece sobre a relação positiva entre alguns aspectos relacionados a família e as instituições de ensino, possui a excelência de recuperar e sintetizar informações sobre a temática em relatos e estudos a nível mundial.

Nesse sentido, pesquisas com caráter longitudinais poderiam elucidar melhor esta relação, fazendo inferências mais precisas quanto aos fatores que possam ser explorados para os resultados finais que são os benefícios dos processos de ensino aprendizagem.

São necessárias maiores intervenções, quer sejam a partir de estudos de revisões bibliográficas e meta – análises, ora com estudos de campo transversais que envolvam outras variáveis, a fim de melhor analisarem as variáveis independentes que possam influenciar negativamente esse processo ao longo da educação básica com o público (infanto-juvenil).

Assim, incentivar a participação efetiva dos membros familiares na vida escolar de seus descendentes, bem como a realização de intervenções para melhoria do ensino aprendizagem realizadas pelos gestores da educação.

Neste sentido, o papel das instituições de ensino se efetivará mediante as novas propostas da gestão democrática, para a construção de um novo conceito de cidadania social.

### REFERÊNCIAS

ANDRADE, C.; RHIJN, T. VAN; COIMBRA, S. Gender Differences in School-Family Conflict and School-Family Enrichment in Nontraditional Portuguese Students. **Journal of Continuing Higher Education**, v. 65, n. 1, p. 13–24, 2017.

AKAR, C. Investigating the Students' Perceptions of the Democratic Values of Academicians. **Journal of Social Studies Education Research**, v. 7, n. 1, p. 96–139, 2016.

AL-ZUBI, M. A. The Degree of Practicing Democracy in the EFL Classroom According to Perceptions of Instructors. **English Language Teaching**, v. 11, n. 1, p. 136, 2017.

ARAÚJO, M. CRISTINA MUNHOZ. **Modelos de Gestão: Qualidade e Produtividade**. 2nd ed. 2009.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 abril. 2018.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação**. Brasília, DF: INEP, 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia, dos pré-socráticos a Aristóteles**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Novas configurações familiares**: mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*, v. 40, n. 72, p. 89-102, 2007.

DAVIDSON, K.; CASE, M. Building trust, elevating voices, and sharing power in family partnership. **Phi Delta Kappan**, v. 99, n. 6, p. 49–53, 2018.

DECESARE, T. A Capabilities Based Critique of Gutmann's Democratic Interpretation of Equal Educational Opportunity. **Philosophical Studies**, v. 47, n. 4, p. 131, 2016.

DESSEN, Maria Auxiliadora; DA COSTA POLONIA, Ana. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. *Paidéia*, v. 17, n. 36, 2007.

JWAN, J. O.; KISAKA, S. T. Democracy, ethics and social justice: Implications for secondary school leadership in Kenya. **South African Journal of Education**, v. 37, n. 3, p. 1–9, 2017.

KEHL, Maria Rita. **Em defesa da família tentacular**. *Direito de família e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, p. 163-176, 2003.

MEIRA, DE FRANÇA., Isabela, PINHEIRO, Marina Assis. **A família em mutação e o conflito temporal**. *REVISTA HUM@ NAE*, v. 8, n. 2, 2014.

BRASIL.Ministério da Educação. **Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Brasília. 2013, Disponível em: Acesso em: 05 abril. 2018.

MURPHY, E. L.; MCKENZIE, V. L. The Impact of Family Functioning and School Connectedness on Preadolescent Sense of Mastery. **Journal of Psychologists and Counsellors in Schools**, v. 26, n. 01, p. 35–51, 2016.

OLIVEIRA, C. B. E. DE; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 27, n. 1, p. 99–108, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Educação Física Para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Para Ensino Médio**. Curitiba: SEED, 2008.

PIASSA, Zuleica Aparecida Claro. **Organização do Trabalho Pedagógico na Gestão Escolar**. Curso de Pós-Graduação. 2016.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. **Família e adolescência**: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em estudo*, v. 12, n. 2, p. 247-256, 2007.

Rego, T. C. (2003). **Memórias de escola**: Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações*. 8 ed. Campinas SP; Autores associados, 2003.

SHOGREN, K. A.; GARNIER VILLARREAL, M. Developing Student, Family, and School Constructs From NLTS2 Data. *Journal of Special Education*, v. 49, n. 2, p. 89–103, 2015.

SIÉCOLO, M. **LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL**. 1ed. Curitiba: IESDE, Brasil, 2016.

SILVA, Adnilson José da; WEIDE, Darlan Faccin. *A função social da escola*. 2014.

VASCONCELLOS, M. DE N. M. DE B. **Gestão de Sistemas Educacionais**. Curitiba, 2009.

WAGNER, Adriana; CENTENARO LEVANDOWSKI, Daniela. **Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade**. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 7, n. 1, 2008.

ZHIJUN, S.; ZEYUN, L.; BAICAI, S. Families, Schools, and Children's School Achievement: A Study Based on Rural Regions in China Gansu Province. *Chinese Education & Society*, v. 48, n. 6, p. 464–482, 2015.